Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

Porto. Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

1ª. Objeto 2
2ª. Prazo do contrato 2
3ª. Obrigações principais do adjudicatário 2
4ª. Local e condições de entrega dos bens e da prestação de serviços 3
5ª. Preço contratual 4
6ª. Condições de pagamento 4
7ª. Garantia técnica 5
8ª. Proteção de dados pessoais 6
9ª. Penalidades contratuais 8
10ª. Dever de sigilo 9
11ª. Força maior 9
12ª. Resolução por parte da entidade adjudicante 10
13ª. Resolução por parte do adjudicatário 10
14ª. Foro competente 11
15ª. Subcontratação e cessão da posição contratual 11
16ª. Comunicações e notificações 11
17ª. Execução do contrato 11
18ª. Legislação aplicável 11

Anexo I - Caraterísticas e especificações técnicas dos bens 12
Anexo II – Mapa de mobiliário 12

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

Porto. Câmara Municipal

Cláusulas

1ª. Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de luminárias e de outros materiais.**
2. O objeto do contrato abrange ainda **serviços técnicos especializados.**

2ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor pelo **prazo máximo de 130 (cento *e trinta)* dias** a contar da data nele aposta, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.
2. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número anterior e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

3ª. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
   a. Obrigação de entrega dos bens e da execução dos serviços identificados na sua proposta, em conformidade com as especificações e quantidades constantes do Anexo I e II ao presente Caderno de Encargos;
   b. Garantir e executar no âmbito do objeto do presente contrato:
      i. Todos os trabalhos e materiais necessários, conforme recomendações dos fabricantes e layouts do Projeto;
      ii. Fornecimento e colocação de calhas e cortinas, incluindo fixações e todos os trabalhos e materiais necessários, conforme pormenores do projeto e recomendações do fabricante.
   c. Garantir o fornecimento dos bens com **validade não inferior a 2 (dois) anos** à data do fornecimento;
   d. Obrigação de garantia dos bens;
   e. Proceder à substituição do(s) bem(ns) caso seja detetado qualquer defeito ou inconformidade do(s) mesmo(s).

2. A substituição prevista na alínea e) do número anterior 1 deve ser realizada dentro de um prazo razoável a ser fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
3. Sempre que se verifique necessário substituir um determinado artigo incluído na lista de artigos adjudicada, quer por força de novas imposições legais, quer por descontinuidade na produção do mesmo, bem como quando se verifique necessário, por razões de interesse público, incluir nessa lista outros artigos que inicialmente não tenham sido adquiridos, o adjudicatário obriga-se a cumprir com os fornecimentos daí decorrentes.
4. A entidade adjudicante só procederá à substituição ou à inclusão de novos artigos, prevista no número anterior, desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos cumulativos:
   a. Não seja ultrapassado o valor do contrato;
   b. A modificação não altere as prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato;
   c. Consultados os restantes concorrentes do procedimento de formação do contrato, se verifique que o(s) preço(s) unitário(s) apresentado(s) pelo adjudicatário é o mais baixo.
5. O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
6. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à entrega dos bens/locação em causa, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
7. O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

4ª. Local e condições de entrega dos bens e da prestação de serviços

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues durante o horário de funcionamento da entidade adjudicante, em dias úteis, entre as 09:00 horas e as 18:00 horas, no Teatro Municipal Porto – Rivoli, sito na Rua Dr. Magalhães Lemos nº 136, 4000-440 Porto, no prazo máximo de 4 semanas após a outorga do contrato.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues e colocados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. Sempre que solicitado, o adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, as respetivas fichas técnicas dos bens e todos os documentos em

língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

4. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

5ª. Preço contratual

1. Pela execução dos serviços e pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário **os preços unitários constantes da proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O somatório dos preços unitários multiplicados pelas quantidades efetivas **não pode, em qualquer caso, ser superior a 15.376,16€,** no prazo máximo de vigência admitido (valores sem IVA).
3. O preço referido nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para os respetivos locais de entrega e as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

6ª. Condições de pagamento

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção da respetiva fatura, a qual deve cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA[1] e só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva e após a prestação dos serviços e fornecimento dos bens, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9.º, n.º 1, da LCPA[2], aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. A fatura deve ser emitida em nome do **Município do Porto NIF: 501 306 099, sito na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 PORTO – Departamento Municipal de Gestão Cultural**, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.

[1] *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.*
[2] *Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.*

4. Nos termos do artigo 9.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.

5. Nos termos do artigo 9.º n.os 3 e 4 do mesmo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, os cocontratantes podem, até 31 de dezembro de 2020, utilizar mecanismos de faturação diferentes dos previstos no referido artigo 299.º-B do CCP, prazo esse alargado até 30 de junho de 2021 para as pequenas e médias empresas[3] e até 31 de dezembro de 2021 para as microempresas, definidas nos termos da Diário da República, 1.ª série www.dre.pt N.º 69, de 7 de abril de 2020 Pág. 11-(3) Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, e para as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes.

6. As faturas eletrónicas devem ser enviadas para o seguinte endereço eletrónico: fornecedores.saphety@saphety.com

7. Sem prejuízo do disposto do número anterior poderão, ao longo da execução do contrato, ser indicados outros contactos para o envio das referidas faturas.

8. Desde que devidamente emitida e observado o disposto nos n.os 1 e 3, a fatura será paga através de transferência bancária.

7ª. Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato*, que não pode ser inferior a dois anos a contar da data de entrega dos bens*, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nos anexos do presente caderno de encargos que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:

   a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;

   b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;

   c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;

[3] *De acordo com o artigo 2º da Recomendação nº 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, a categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros; na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros; e na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros*

d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;

e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;

f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;

g. A mão-de-obra.

3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou falta de conformidade do bem com o contrato, este deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva reparação e/ou substituição.

4. A reparação ou a substituição prevista na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável não superior a 30 dias[4], fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

5. O adjudicatário deverá estar dotado de bens de substituição, com fim à substituição temporária dos bens sujeitos a reparação e pelo prazo que durar a respetiva reparação, quando o bem em causa, pela sua natureza, assim o justificar.

6. Durante o prazo de garantia, se for detetada alguma anomalia não imputável ao adjudicatário, este compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito de pagamento dos honorários devidos.

8ª. Proteção de dados pessoais

1. Constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:

a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;

b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;

c. Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (UE) 2016/679 (RGPD) quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);

[4] Pode ser indicado outro prazo.

d. Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;

e. Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:

   i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;

   ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;

   iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;

   iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.

f. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;

g. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;

h. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;

i. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;

j. Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.

2. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.

3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

4. Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

9ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

    a. Pelo incumprimento do prazo de entrega previsto no número 1 da cláusula 4ª do presente caderno de encargos, até 0,39% do preço contratual, por cada dia de atraso, desde que este atraso seja única e exclusivamente da responsabilidade do adjudicatário;

    b. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 10% do preço total contratual;

    c. Pelo cumprimento defeituoso do bem objeto do presente contrato, até 5% do preço total contratual;

    d. Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, até 5% do preço total contratual;

    e. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 7[5] da presente cláusula.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.

3. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a)[6] do n.º 1, relativamente (aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega se tenha verificado) ou (serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução)[7]

[5] Adequar o n.º da alínea após conclusão da cláusula, porquanto a alínea poderá ter sido renumerada.
[6] Eliminar a "alínea a)" quando não se aplicar
[7] Eliminar o que não se aplica consoante se trate de aquisição de bens ou de serviços.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

7. Em função da gravidade do incumprimento da obrigação prevista na alínea e) do n.º 1 da presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.

10ª. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

11ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
    a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
    b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
    c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
    d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
    e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
    f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
    g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

12ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

13ª.Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

14ª.Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

15ª.Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo adjudicatário depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do CCP.

16ª.Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

17ª.Execução do contrato

O fornecimento dos bens e dos serviços será executado mediante requisição da entidade adjudicante.

18ª.Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Direção Municipal de Finanças e Património
Rua do Bolhão, 162 – 6.º
4000-111 Porto
T. +351 222 097 216
F. +351 222 097 296

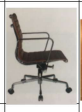
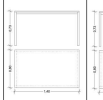
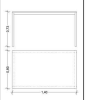
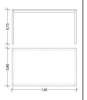
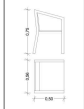
Anexo I - Caraterísticas e especificações técnicas dos bens

LUMINÁRIAS E MATERIAIS			
Item	**Descrição**	**Quantidade**	**Unidade**
1	L13 Luminária de secretária (Piso 5), conforme definido no mapa de mobiliário do projeto de execução*	20	Un
2	L13 Luminária de secretária (Piso 6), conforme definido no mapa de mobiliário do projeto de execução*	8	Un
3	L14 Luminária de secretária dos gabinetes (Piso 5), conforme definido no mapa de mobiliário do projeto de execução*	5	Un
4	L14 Luminária de secretária dos gabinetes (Piso 6), conforme definido no mapa de mobiliário do projeto de execução*	1	Un
5	Luminária de pé (piso 6), conforme definido no mapa de mobiliário do projeto de execução*	4	Un
6	Mesa de centro para sala de pessoal (Piso 6)	2	Un
7	Fornecimento de calha e cortina para Espaço 5.07, conforme projeto de execução	3,75	m
8	Fornecimento de calha e cortina para Espaço 5.08 conforme projeto de execução	3,65	m
9	Fornecimento de calha e cortina para Espaço 5.09 conforme projeto de execução	3,65	m
10	Fornecimento de calha e cortina para Espaço 5.10 conforme projeto de execução	9,9	m
11	Fornecimento de calha e cortina para Espaço 5.11 conforme projeto de execução	5,8	m
12	Fornecimento de calha e cortina para Espaço 5.12 conforme projeto de execução	4,5	m
13	Trabalhos e serviços técnicos	1	Un
* ***Anexo II*** *do presente caderno de encargos*			

Anexo II – Mapa de mobiliário

Abaixo segue o mapa de mobiliário do projeto de execução

MAPA DE MOBILIÁRIO
DECORAÇÃO

	DESIGNAÇÃO	**MES01** Mesa trabalho	**MES02** Mesa gabinete	**MES03** Mesa reunião pequena	**MES04** Mesa	**MES05** Mesa copa	**CAD01** Cadeira trabalho	**CAD02** Cadeira Rivoli	**CAD03** Cadeira copa	**CAD04** Cadeira gabinetes	**ARM01** Armário	**EST02** Estante prateleiras arquivo	**CAB01** Cabide	**LI3** Luminária de secretária	**LI4** Luminária de secretária dos gabinetes	**DIV01** Divisonas mesas	**COR02** Cortina	**LI5** Luminária de pé	**MES06** Mesa de centro para sala de pessoal
	FOTO																		
	DESENHO																			
	DESCRIÇÃO	mesa existente em madeira para recuperar e envernizar, incorporação de calha técnica inferior para cabos e alimentações em chapa metálica branca	mesa existente em madeira para recuperar e envernizar, incorporação de calha técnica inferior para cabos e alimentações em chapa metálica branca e modulo metálico de apoio	mesa existente em madeira para recuperar e envernizar			cadeira de secretária com rodas em madeira e pele. Regulação de altura pneumática	cadeira existente, estrutura em madeira de maciça para recuperar e envernizar, estofo em tecido azul a recuperar ou substituir	cadeira de copa em madeira com assentos e costas revestidos a espuma e capas em tecido.	cadeira de gabinete com rodas em madeira e pele. Regulação de altura pneumática	armário bancada existente em madeira para recuperar e envernizar	estante de arquivo tipo deslon	cabide em madeira	candeeiro com fixação ao tampo da mesa, articulado, estrutura metálica preta e campânula branca	candeeiro de mesa, articulado, branco	divisória de mesa acústica		candeeiro de pé	mesa de centro com tampo reversível cinza escuro, preto
	MATERIAIS	madeira envernizada	madeira envernizada, chapa metálica	madeira envernizada								estrutura e prateleiras metálicas	madeira maciça afzelia doussié	-	-	-		estrutura em metal com acabamento mate	estrutura metálica e tampo em aglomerado folheado em papel e rebordo plástico
	DIMENSÕES	800x1400mm	800x1400mm	800x800mm	800x1400mm	600x1500mm	590x580 a 960x500mm	560X/50X500mm	500x/50x5/5mm	ARCs950 a 1400x680mm	3000x1100mm	1000x300mm	3000x700mm	*	-	1400x400mm	33m lineares	1300x350mm	1200x400x400mm
	LEGENDA DE ESPAÇOS																		
PISO 1	1.01 VESTIBULO ENTRADA																		
	1.02 VESTIBULO PISO 1																		
	1.03 ÁREA DE APOIO/SEGURANÇA				1		1												
	E01 ESCADA																		
PISO 5	5.01 SALA DE ESPETA																		
	5.02 VESTÍBULO PISO 5																		
	5.03 SERVIDORES																		
	5.04 SALA DE TRABALHO	20					20	3					1	20		10			
	5.05 PEQUENO BALNEÁRIO																		
	5.06 INSTALAÇÃO SANITÁRIA																		
	5.07 GABINETE INDIVIDUAL 01	1		1				3		1					1		•		
	5.08 GABINETE INDIVIDUAL 02	1		1				3		1					1		•		
	5.09 GABINETE INDIVIDUAL 03	1		1				3		1					1		•		
	5.10 GABINETE INDIVIDUAL 04		1	2				8		1					1		•		
	5.11 GABINETE INDIVIDUAL 05		1	2				8		1					1		•		
	5.12 SALA DE REUNIÕES			4				10									•		
	5.13 ARQUIVO											6					•		
	5.14 INSTALAÇÃO SANITÁRIA FEMININA																		
	5.15 INSTALAÇÃO SANITÁRIA MASCULINA																		
	5.16 VESTÍBULO ESCADAS										1								
	5.17 SALA BASTIDOR																		
	E01 ESCADA																		
PISO 6	6.01 VESTÍBULO PISO 6										1								
	6.02 GABINETE INDIVIDUAL 06	1		2				5		1					1			2	
	6.03 ESPAÇO DE TRABALHO	8					8							8		4		2	
	6.04 ECONOMATO																		
	6.05 COPA					3			12										
	6.06 VESTIÁRIO												1						
	6.07 SALA COMUM							6											2
	6.08 INSTALAÇÃO SANITÁRIA																		
	E02 ESCADAS																		

OBSERVAÇÕES
desenho não sujeito a levantamento topográfico rigoroso, todas as medidas são indicativas

NOTA IMPORTANTE
todos os mobiliário deverão ser cuidadosamente visto, não será aceite qualquer alteração dos modelos do projeto ou diferenças de materiais prescritos sem prévio aviso e expressa autorização da fiscalização.

GARCIA . ALBUQUERQUE
— ARQUITECTOS
+351 961 207 575
garciaalbuquerque.arq@gmail.com
garcia-albuquerque.com

requerente: #Client Company
designação:

local: Praça D. João I

projecto: Remodelação dos Pisos 5 e 6 do Teatro Rivoli

MAPA DE MOBILIÁRIO DECORAÇÃO

data: 27/03/2020 escala: 1:0,72 página: